



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

RECURSO ORDINÁRIO

Processo TRT/SP Nº 0000492-70.2013.5.02.0255

ORIGEM: 5ª VARA DO TRABALHO DE CUBATÃO
RECORRENTES: 1. USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A.
2. JOZIVAL MENEZES ALVES

Aposentadoria por invalidez. Contrato ainda em vigor. Plano de saúde. Cobrança da cota parte do empregado com fundamento no art. 31 da Lei 9656/98. Impossibilidade. A empresa não pode obrigar o empregado a arcar com o custo integral de plano de assistência médica mantido pela empresa nos casos de aposentadoria por invalidez pois essa espécie de benefício não impõe a suspensão de todas as obrigações do contrato de trabalho. A suspensão alcança apenas as obrigações elementares da relação de emprego, em especial o pagamento dos salários e a prestação de serviços. Mas há outras obrigações que permanecem, desde que sejam compatíveis com a suspensão. Não fosse assim, o empregado poderia, por exemplo, divulgar segredos empresariais que, por força do contrato estava obrigado a guardar. É o que também ocorre com relação ao plano de saúde. E nesse sentido é pacífica a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho nos termos da Súmula 440. O art. 31 da Lei 9656/98 também não pode se invocado pois, para tanto, o contrato não poderia estar mais em vigor, o que não é o caso, diante da clareza do 475 da CLT. Recurso da ré a que se nega provimento.

Contra a sentença de fls. 119/123, em que o juízo de origem julgou procedente em parte o pedido, recorrem ambas as partes. A ré (fls. 125/134) alega que, nos termos do art. 31 da Lei 9.656/98, o aposentado, para manter o direito à assistência à saúde, é obrigado a assumir o pagamento integral do benefício. Argumenta ainda que a lei não distingue as espécies de aposentadoria, motivo pelo qual a regra também vale para aqueles que estão aposentados por invalidez, como é o caso. Diz ainda que a aposentadoria por invalidez suspende o contrato por no máximo cinco anos e que, por isso, a condenação quando muito deve se restringir ao período de 4 de fevereiro de 2011 a 4 de fevereiro de 2016. Alega ainda que não cometeu qualquer ilícito que justifique a indenização de danos morais. Sucessivamente, pede que o valor da indenização seja arbitrado de forma coerente e justa. Já o autor (fls. 140/144), por sua vez, considera irrisório o valor arbitrado a título de indenização e insiste nos honorários de sucumbência.

Contrarrazões a fls.145/148 e 151/154. Preparo a fl. 135.

Recursos adequados e no prazo. O da ré veio com preparo correto. Subscritos por advogados regularmente constituídos. Atendidos também os demais pressupostos de admissibilidade. Conheço.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

RECURSO DA RÉ

Plano de saúde – aposentadoria por invalidez

A recorrente insiste em dizer que o autor, uma vez aposentado, está obrigado a suportar o custo integral do plano de saúde, nos termos do art. 31 da Lei 9.656/98. Alega ainda que o contrato está suspenso e que, por isso, não está obrigada a manter o benefício nas condições anteriores. Acrescenta que, decorridos cinco anos, a aposentadoria passa a ser definitiva (Súmula 217 do Supremo Tribunal Federal e 160 do Tribunal Superior do Trabalho), de forma que a condenação, quando muito, deve ser limitada ao período de 4 de fevereiro de 2011 a 4 de fevereiro de 2016.

Pois bem. O autor foi contratado em 13 de maio de 1989. No curso do contrato desenvolveu [neoplasia maligna](#) da [mucosa](#) do [estômago](#) (câncer de estômago), e por isso teve que se afastar do trabalho em fevereiro de 2008, quando lhe foi concedido auxílio-doença, que, em 4 de fevereiro de 2011, foi convertido em aposentadoria por invalidez, decorrente de acidente de trabalho (art. 151 da Lei 8.213/91). Relata o recorrido que, até a aposentadoria, a ré pagava 50% do custo do plano de saúde, que ela criou em maio de 1996, o COSaúde, mas que, a partir de então, o valor descontado dobrou. Alega ainda que, nos termos do art. 468 da CLT, o benefício em questão se incorporou ao contrato de trabalho, razão pela qual a ré não poderia mudar as regras de forma unilateral. Tem razão ao recorrido. É certo que cabe ao Estado o dever de prestar assistência médica aos cidadãos, à vista do que dispõe o art. 196 da Constituição Federal. O empregador, portanto, não é obrigado a manter o benefício em

questão. Mas o que se discute aqui é obrigação contratual, que independe do dever do Estado. O plano de assistência foi mantido a partir da jubilação, muito embora o autor tenha deixado de receber o subsídio da empresa. O autor, em razão disso, se viu doente e obrigado a pagar o custo integral do plano. Só que a aposentadoria por invalidez não suspende todas as obrigações do contrato de trabalho. A suspensão alcança apenas as obrigações elementares da relação de emprego, em especial o pagamento dos salários e a prestação de serviços. Mas há outras obrigações que permanecem, desde que sejam compatíveis com a suspensão. Não fosse assim, o empregado poderia, por exemplo, divulgar segredos empresariais que, por força do contrato, estava obrigado a guardar. É o que também ocorre com relação ao plano de saúde. Nesse sentido, aliás, é firme a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, com indica a Súmula 440. E depois, o art. 31 da Lei 9656/98 não favorece a recorrente, pois o dispositivo não cuida da hipótese de suspensão do contrato, apenas de contrato de trabalho já extinto. Aqui a regra é a do art. 475 da CLT.

No que diz respeito ao pedido sucessivo, também não tem razão a recorrente. A aposentadoria por invalidez não é irrevogável nem poderia ser, pois a incapacidade pode deixar de existir a qualquer tempo e por diversos fatores. Justamente por isso, mesmo após o decurso do prazo de cinco anos, o empregado, caso recuperado, pode, a qualquer tempo, retornar ao trabalho (art. 47 da Lei 8.213/91). Assim a Súmula 160 do Tribunal Superior do Trabalho. Daí que não se sustenta a limitação pretendida.

Quanto à indenização de danos morais. A ré tem razão quando diz que a reparação



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

pressupõe ato ilícito, dano e relação entre uma coisa e outra (nexo). Mas a ilicitude, no caso, está no descumprimento da obrigação contratual. E o dano está no fato de se ver o autor obrigado a custear despesa num momento difícil da vida. O dano, nesse contexto, é *re in ipsa*, ou seja, decorre do próprio ato lesivo, independe, portanto, de prova.

Agora, a reparação. E nesse ponto, decido também o recurso do autor.

O juízo de origem fixou a indenização de danos morais em **R\$ 30.000,00**. Para a ré, é excessivo. Para o autor, irrisório, notadamente quando comparado com o faturamento anual da empresa. Porém, entre o desprezível e o avultoso, entre a insignificância e o enriquecimento, o valor da reparação deve ser determinado segundo critérios da proporcionalidade e razoabilidade. É dizer que, se de um lado não pode ser apenas simbólico para o agressor, também não pode, de outro lado, servir de enriquecimento para a vítima, já que aí não se teria apenas reparação, mas reparação cumulada com sanção, o que não tem previsão no nosso ordenamento. Por isso, o arbitramento da reparação deve levar em conta a condição sócio-econômica das partes envolvidas, o grau da ofensa e as circunstâncias específicas que cercaram o fato, em especial a culpa concorrente da vítima. São dois, enfim, os objetivos a serem alcançados: o desestímulo e a compensação. Pelo primeiro, pretende-se que se corrija o agressor, que se mostre a ele a reprovação social da sua conduta e que também sirva de exemplo para a conscientização geral. Pelo segundo, pretende-se uma reparação relativa ao dano, e digo aí relativa porque o dano moral não tem medida concreta e ma-

temática. A razoabilidade e a proporcionalidade são os critérios que devem balizar o arbitramento, para que se evitem injustiças de parte a parte. Até porque, nas palavras de Caio Mário, se é certo *“que a indenização, em termos gerais, não pode ter o objetivo de provocar o enriquecimento ou proporcionar ao ofendido um vantajamento, por mais forte razão deve ser eqüitativa a reparação do dano moral para que não se converta o sofrimento em móvel de captação de lucro”* (Responsabilidade civil, Rio de Janeiro: Forense, 1994, p. 318). Considerados os critérios utilizados pela Turma para indenizações dessa natureza, e também os parâmetros delineados no pedido, considero justo o valor fixado na origem. Suficiente não só para que a empresa tenha consciência da gravidade da conduta – com o que se alcança o efeito pedagógico da reparação – mas para que também o autor se veja compensado. Pode parecer ainda muito para a ré como também parecer muito pouco para o autor. Isso, porém, não tem solução. A justa medida dessa reparação, enfim, não é questão simples. Mas o valor arbitrado, no contexto específico da causa, é o que melhor atende aos parâmetros da razoabilidade e da proporcionalidade.

RECURSO DO AUTOR

Honorários de advogado

Na Justiça do Trabalho só cabe a verba honorária nos casos previstos na Lei 5.584, de 26 de junho de 1970, ou seja, é necessário que a parte esteja assistida por seu



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

sindicato de classe e esteja em situação econômica que não lhe permita demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família. No caso, o autor não preenche tais requisitos, uma vez que está assistido por advogado particular. Aliás, como está no item I da Súmula 219 do Tribunal Superior do Trabalho, “Na Justiça do Trabalho, a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, nunca superiores a 15% (quinze por cento), não decorre pura e simplesmente da sucumbência, devendo a parte estar assistida por sindicato da categoria profissional e comprovar a percepção de salário inferior ao dobro do salário mínimo ou encontrar-se em situação econômica que não lhe permita demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família” (destaque não original). Nem se diga que se trata de indenização de perdas e danos, relativa aos honorários de advogado. Os artigos 404 e 389 do Código Civil são invocados apenas como expediente para contornar a lei e o entendimento pacificado na jurisprudência. De mais a mais, a parte não estava obrigada a se valer dos serviços especializados de advogado para receber verbas eventualmente devidas, uma vez que o art. 791 da CLT lhe possibilita exercer o denominado *jus postulandi*. Não bastasse, poderia, ainda, se valer da assistência jurídica oferecida por seu sindicato. Nesse contexto, portanto, não há que se falar em perdas e danos.

CONCLUSÃO:

ACORDAM os Magistrados da 11ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região em NEGAR PROVIMENTO aos recursos.

(a) **Eduardo de Azevedo Silva**

RELATOR